

Notas Explicativas

1 – Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (DCON IFRS) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON IFRS consolidam as contas das Unidades Gestoras integrantes do Órgão.

As estruturas e a composição das DCON IFRS Campus Canoas estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON IFRS são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;
- VII. Notas Explicativas.

2 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Canoas, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a. Moeda funcional

A moeda funcional do IFRS é o Real.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

d. Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

e. Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Em relação aos estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

f. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

h. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

i. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulantes e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

k. Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário e;
- III. Financeiro.

(k.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(k.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(k.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3 – Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Não houve, ao longo do 4º trimestre de 2020, mudanças nas práticas e procedimentos contábeis adotados pelo IFRS.

4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda.

Em 31/12/2020, o item mais representativo desse grupo foi “Recursos liberados pelo tesouro”, com 92,84% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 31 de dezembro de 2019:

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	4.016,40	4.016,40	0,00	7,16
RECURSOS LIBERADOS PELO TESOURO	52.069,88	14.933,26	248,68	92,84
	56.086,28	18.949,66	195,98	100,00

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

a. Bancos Conta Movimento – Demais Contas

Os recursos deste grupo referem-se aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS - Campus Canoas, na modalidade de caução em dinheiro.

A empresa OI/SA não enviou, até 31/12/2020, o comprovante de saque do valor caucionado em dinheiro no montante de R\$ 1.344,00. O prazo de vencimento dessa caução era até o dia 18/04/2020.

b. Recursos Liberados pelo Tesouro

A seguir está representada a composição dos saldos dos recursos liberados pelo tesouro perfazendo todo o montante em Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados:

Tabela 2 – Recursos Liberados pelo Tesouro – Composição.

	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Recursos Não Financeiros Diretam. Arrecadados	52.069,88	14.933,26	248,68	100,00
Recursos Dest. A Manut. E . Des. Do Ensino			-	0,00
Total	52.069,88	14.933,26	248,68	100,00

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

5 – Demais Créditos a Receber Curto Prazo e respectivo Ajuste para perdas estimadas

O IFRS Campus Canoas possui Crédito a Receber no montante principal de R\$ 700,00 referente a pagamento indevido de 5 parcelas da Bolsa de Assistência Estudantil de R\$ 140,00 cada nos períodos de 07/2015 a 11/2015 e atualização monetária até 31/12/2020 no montante de R\$ 190,84. Conforme e-mail do Diretor de Administração e Planejamento do IFRS Campus Canoas até 31/12/2020 não tinha sido enviado para Procuradoria Geral da República para inscrição em Dívida Ativa. Isto foi somente feito no dia 06/01/2021.

A seguir está representada a composição dos saldos dos Créditos a Receber Curto Prazo posição 31/12/2020

Tabela 3 – Demais Créditos a Receber CP – Composição.

	31/12/2020	31/12/2019	AH%	AV%
CREDITOS A RECEBER POR PGTO EM DUP	890,84	0,00	100,00	100,00
Total	890,84	0,00	100,00	100,00

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Em 31/12/2020 foi calculado e contabilizado ajuste para Perdas estimadas desse crédito a receber. A metodologia de cálculo desse ajuste para perdas foi baseada no histórico de recebimentos passados conforme item 6.2.1 da macrofunção Siafi/STN 020342 – Ajuste para perdas estimadas.

Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber. Em termos matemáticos:

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x Saldo atualizado da conta de valores a receber)

Para encontrar o valor da variável quociente médio de recebimentos deve-se calcular, primeiramente, a média mensal de recebimentos e a média mensal dos saldos da conta de valores a receber para cada um dos últimos três exercícios. Em termos matemáticos:

Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12.

Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12.

Após o cálculo destas duas variáveis deve-se calcular o quociente de recebimento para cada exercício, dividindo-se a respectiva média mensal de recebimentos pela média mensal dos saldos das contas de valores a receber. Em termos matemáticos:

Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1.

A partir dos quocientes de recebimento de cada exercício, calcula-se o quociente médio de recebimento, somando-se os quocientes de recebimento dos exercícios x1, x2 e x3 e dividindo-se o resultado da soma por três. Em termos matemáticos: (Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3) / 3.

Ao decorrer de todo o exercício de 2020 não houve nenhum recebimento de valor desse crédito, logo o quociente médio de recebimentos é zero. Aplicando a fórmula, a perda estimada é no mesmo valor do crédito a receber em curto prazo posição em 31/12/2020. Desta forma o valor provável de realização desse crédito é zero por não ter tido nenhum recebimento desse valor. A seguir está representada a composição do saldo de Ajuste de Perdas Estimadas Créditos a Receber de Curto Prazo posição 31/12/2020.

Tabela 4 – Ajuste para Perdas Estimadas Créditos a Receber CP

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
AJUSTE PARA PERDAS - SUBGRUPO 113	890,84	0,00	#DIV/0!	100,00
	890,84	0,00	#DIV/0!	100,00%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

6 – Estoques

a. Almojarifado e Outros Estoques

O IFRS Campus Canoas armazena diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios, materiais de expediente, material de limpeza, material para manutenção de bens móveis e imóveis, estoque de gêneros alimentícios para merenda escolar destinada aos alunos, entre outros.

Há divergências entre os saldos das contas de estoque do Relatório mensal do almojarifado e contas contábeis de estoque na data de 31/12/2020.

Além disso, conforme e-mail's enviados pelo setor de almojarifado não foram feitas contagem do estoque físico até o encerramento do exercício para averiguação dos saldos do sistema informatizado de controle do almojarifado para fazer os devidos ajustes e por consequência fazer os ajustes contábeis.

Desta forma, os saldos apresentados das contas no Relatório Mensal de Almojarifado e das contas contábeis não refletem a realidade do que se tem em estoque na data de 31/12/2020. Por consequência prejudicando o grau de confiabilidade destes saldos no Balanço Patrimonial do Campus Canoas.

Até o encerramento do exercício não foram feitas os ajuste para perdas prováveis dos itens de estoque e não foi feito o ajuste para redução a valor de mercado porque não se tem o controle de perdas prováveis e nem acompanhamento dos valores de mercado dos itens já estocados.

7 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

A Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente constitui-se de despesas pagas antecipadamente a Taxa de Coleta de Lixo e limpeza Urbana de 2021 cobrada pela Prefeitura Municipal de Canoas, com evolução de saldo conforme segue:

Tabela 5 – VPD Paga Antecipadamente – Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
TRIBUTOS PAGOS A APROPRIAR	3.557,58	3.449,28	3,14	100,00
	3.557,58	3.449,28	3,00%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

8 – Créditos a Longo Prazo e Ajuste para Perdas Estimadas

Em 07/2019 foi feito o registro Contábil do valor principal, multa, atualização monetária e encargos legais atualizados até 10/05/2019 referente a inscrição em Dívida Ativa não Tributária da Empresa Sul Brasil Serviços Terceirizados por multa de infração de Contrato 22/2017 – Serviços de Jardinagem.

O valor principal é de 2.071,81 e R\$ 1.031,91 de multa, atualização monetária e encargos legais atualizados até o encerramento do exercício, conforme relatório disponibilizado pela Procuradoria Geral da República.

Até o encerramento do exercício não houve nenhum tipo de recebimento, acordo, parcelamento, permanecendo saldo do valor principal e atualizações.

A seguir está a composição do saldo da Dívida Ativa

**Tabela 6 – Créditos a Longo Prazo
– Composição**

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Dívida Ativa Não Tributária	3.103,71	2.930,60	5,91	100,00
	3.103,71	2.930,60	4,46	100,00

Fonte: Siafi 2020 e 2019

Em 31/12/2020 foi calculado e contabilizado ajuste para Perdas estimadas desse crédito a receber. A metodologia de cálculo desse ajuste para perdas foi baseada no histórico de recebimentos passados conforme item 6.2.1 da macrofunção Siafi/STN 020342 – Ajuste para perdas estimadas.

Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber. Em termos matemáticos:

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x Saldo atualizado da conta de valores a receber)

Para encontrar o valor da variável quociente médio de recebimentos deve-se calcular, primeiramente, a média mensal de recebimentos e a média mensal dos saldos da conta de valores a receber para cada um dos últimos três exercícios. Em termos matemáticos:

Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12.

Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12.

Após o cálculo destas duas variáveis deve-se calcular o quociente de recebimento para cada exercício, dividindo-se a respectiva média mensal de recebimentos pela média mensal dos saldos das contas de valores a receber. Em termos matemáticos:

Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1.

Quociente de recebimento para o exercício x2 = Média mensal de recebimentos do exercício x2 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x2.

A partir dos quocientes de recebimento de cada exercício, calcula-se o quociente médio de recebimento, somando-se os quocientes de recebimento dos exercícios x1, x2 e x3 e dividindo-se o resultado da soma por três. Em termos matemáticos: (Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3) / 3.

Ao decorrer de todo o exercício de 2019 e 2020 não houve nenhum recebimento de valor desse crédito, logo o quociente médio de recebimentos é zero. Aplicando a fórmula, a perda estimada é no mesmo valor do crédito a receber de longo prazo posição em 31/12/2020. Desta forma o valor provável

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Campus Canoas em 31/12/2020 totalizavam R\$ 1.719.281,42 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 9 – Bens Móveis - Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	530.275,78	478.292,58	10,87
Bens de Informática	1.992.247,47	1.918.719,40	3,83
Móveis e Utensílios	1.854.670,81	1.623.272,89	14,26
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	598.695,47	562.083,72	6,51
Veículos	158.768,17	158.768,17	-
Peças e Conjuntos de Reposição	-	-	-
Bens Móveis em Andamento	-	-	-
Bens Móveis em Almojarifado	-	-	-
Armamentos	-	-	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	-	-	-
Demais Bens Móveis	20.459,60	19.236,51	6,36
-Depreciação / Amortização Acumulada	(3.435.835,88)	(3.153.266,56)	8,96
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Total	1.719.281,42	1.607.106,71	6,98

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 38,65% refere-se a Bens de Informática, o qual é composto por:

Descrição	Valores Brutos Totais
Kit Didático com Softstarter e Inversor de Frequência	R\$ 59.000,00
Sistema de Ensino de Robótica	R\$ 165.000,00
Demais bens de Informática	R\$ 1.768.247,47
Total	R\$ 1.992.247,47

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Campus Canoas em 31/12/2020 totalizavam R\$ 15.820.273,24 e estão distribuídos em duas contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 10- Bens Imóveis – Composição.

R\$

	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Bens de Uso Especial	10.503.836,44	10.503.836,44	-
Bens de Uso Comum do Povo			
Bens Dominicais			
Bens Imóveis em Andamento	5.589.958,51	5.451.777,14	2,53
Instalações			
Demais Bens Imóveis			
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros			
Redução ao Valor Recuperável			
Depreciação / Amortização Acumulada	(273.521,71)	(242.748,24)	12,68
Total	15.820.273,24	15.712.865,34	0,68

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 65,27% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Campus Canoas, perfazendo o montante de R\$ 10.503.836,44 em 31/12/2020 a valores brutos.

O valor de R\$ 5.589.958,51 de Bens Imóveis em andamento se refere aos custos de construção da conclusão do prédio acadêmico no montante de R\$ 5.451.777,14 da obra de readequação e Instalação do PPCI do Campus Canoas no valor de R\$ 138.181,37 apurados até 31/12/2020.

Conforme email da Diretoria de Administração e Planejamento do dia 28/12/2020, até o encerramento do exercício não tinha sido emitido o Recebimento Definitivo, não tinha habite-se, não tinha sido feito a Baixa do CEI e ainda não estava em uso na forma pretendida pela gestão do Campus Canoas em relação a obra de conclusão do prédio acadêmico. Portanto não regularizado ainda legalmente a posse e a propriedade e o total controle desta obra para aumento do potencial de serviço e reconhecimento contábil da incorporação na conta de bens Imóveis de Uso Especial.

Em relação a obra do Implantação e Readequação do PPCI do Campus Canoas, Conforme email da Diretoria de Administração e Planejamento do dia 28/12/2020, até o encerramento do exercício não tinha sido feita a segunda Vistoria dos Bombeiros para liberação do Alvará. Desta forma, essas readequações não estão ainda liberadas para uso pelos bombeiros. Portanto, não estando disponível para uso na forma pretendida pelo Campus e reconhecimento contábil da incorporação na conta de bens Imóveis de Uso Especial.

Em síntese, os bens de Uso especial mais relevante na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de um terreno, bloco administrativo, bloco de convivência, bloco de salas de aula/laboratórios, Prédio da Biblioteca e Coberturas entre os Prédios do Campus Canoas.

Tabela 11 - Bens de Uso Especial – Composição

R\$

	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Fazendas, Parques e Rese rvas			

Terrenos, Glebas			
Aquartelamentos			
Imóveis de Uso Educacional	10.503.836,44	10.503.836,44	-
Edifícios			
Complexos, Fábricas e Usinas			
Imóveis Residenciais e Comerciais			
Aeroportos, Estações e Aeródromos			
Outros Bens Imóveis de Uso Especial			
Total	10.503.836,44	10.503.836,44	-

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Até o encerramento do exercício de 2020 os bens imóveis não foram reavaliados. Aguardando esses procedimentos da Reitoria.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

O campus Canoas não avaliou se houve qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável em 31/12/2020.

(a.3) Depreciação bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Em todo o exercício de 2020 os valores de depreciação mensal de 02/2018 de todas as contas no Relatório de Bens Móveis aparece com os valores duplicados. Além disso, em 8 contas contábeis aparece outras diferenças que até o encerramento deste exercício não foram identificadas. Foram abertos chamados para o setor de TI da Reitoria para

resolver estas diferenças, porém ainda continuam pendentes. Em decorrência destas diferenças os saldos contábeis em 31/12/2020 das contas de depreciação dos bens móveis não são confiáveis.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

10 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sendo amortizados.

Até o final do Exercício, o Campus Canoas apresentou um saldo de R\$ 65.815,28 relacionados a Intangível.

Houve um aumento de 1,55% no saldo contábil dos Softwares de Vida útil Indefinida em função de doação da Reitoria do IFRS, no valor de R\$ 897,00 de Software par Edição de Vídeos e doação da ANAC no valor de R\$ 108,19 de Licença Servidor Windows e Linux.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2019 e 31/12/2020.

Tabela 12 – Intangível – Composição.

R\$

	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
--	------------	------------	-------

Software com Vida Útil Definida	-	-	-
Software com Vida Útil Indefinida	65.815,28	64.810,09	1,55
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	-	-	-
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Total	65.815,28	64.810,09	1,55

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

Os Ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sendo amortizados, nem foram aplicados teste de recuperabilidade até o encerramento de 2020.

11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

O IFRS Campus Canoas não possui obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais registradas em suas demonstrações contábeis. Estas obrigações são registradas pela Reitoria do IFRS, de modo centralizado.

12 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

Em 31/12/2020, o IFRS Campus Canoas apresentou um saldo de R\$ 45.261,56 de obrigações a curto prazo, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes. A tabela a seguir apresenta o detalhamento das obrigações assumidas pelo IFRS Campus Canoas, em 31/12/2020:

Tabela 13 – Obrigações a Curto e Longo Prazo – Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	38.773,23	2.951,86	1.213,52	85,66
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.488,33	4.303,00	50,79	14,34
	45.261,56	7.254,86	523,88	100,00%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0	0	-	100,00%
	0,00	0,00	0,00%	100,00%

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

A maior parte do passivo do IFRS Campus Canoas com obrigações a curto e longo prazo se refere a fornecedores e contas a pagar, que representam 85,66% do total. O saldo de R\$ 38.773,23 dessa conta é composto principalmente pelo valor a pagar

– Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2020, a UG 158265 - Campus Canoas apresentou um saldo em aberto de R\$ 38.773,23 relacionado a Fornecedores e Contas a Pagar referente a Obrigações a Curto Prazo.

Apresentamos a seguir, uma tabela, segregando essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 14 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

(R\$)

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Circulante	38.773,23	2.951,86	1213,52%
Nacionais	38.773,23	2.951,86	1213,52%
Estrangeiros			
Não Circulante			
Nacionais (Forn Nac+Contas a Pagar Nac)			
Estrangeiros			
Total	38.773,23	2.951,86	1213,52%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

Esta variação ocorreu principalmente porque no quarto trimestre de 2019 foram quitadas todas as obrigações a Pagar, com exceção da nota fiscal 851, no valor de R\$ 2.951,86 emitida pela empresa F&F Engenharia e Construção LTDA até o encerramento de 2020 não foi pago porque a Empresa não fez a baixa do CEI da Obra junto a Receita Federal.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 02 fornecedores com valores em aberto na data base de 31/12/2020.

Tabela 15 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

(R\$)

	31/12/2020	AV (%)
Fornecedor A: 26.925.413/0001-70 CONSTRUTORA MAIORCA EIRELI	35.821,37	92,39
Fornecedor B: 10.533.390/0001-19 F & F ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA	2.951,86	7,61
Total	38.773,23	100,00

Fonte: SIAFI, 2020.

- (a) Fornecedor A: Readequação e Implantação PPCI Campus Canoas
- (b) Fornecedor B: Obra de Conclusão Prédio Acadêmico

b.

c. Demais Obrigações a Curto Prazo

Em comparação ao período anterior, o IFRS Campus Canoas registrou aumento expressivo de 1.940,64%, na conta de ISS a pagar principalmente em razão da quitação de praticamente todas as obrigações com seus fornecedores e por consequência com o Fisco Federal, conforme demonstrado na tabela de composição abaixo.

Tabela 16– Demais Obrigações a Curto Prazo - Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
INCENTIVOS A EDUCAÇÃO, CULTURA E OUTROS	300,00	0,00	100,00	4,62
DEPÓSITOS E CAUÇÕES RECEBIDOS	4.016,40	4.016,40	-	61,90
IMPOSTOS E CONTRIB DIVERSOS DEVIDOS AO TESOURO	189,45	189,45	0,00	2,92
ISS	1.982,48	97,15	1.940,64	30,55
	6.488,33	4.303,00	50,79	100,00%

Fonte: Siafi 2020 e 2019

c. Demais Obrigações a Longo Prazo

Não há registro de obrigações de longo prazo em nas demonstrações contábeis do IFRS Campus Canoas.

13 – Ajuste de Exercícios Anteriores

Houve registro neste primeiro trimestre de 2020 na conta de Créditos a Receber de CP no valor de R\$ 854,70 referente a pagamento indevido de 5 parcelas de bolsa de assistência Estudantil nos períodos de 07/2015 a 11/2015 no montante de R\$ 700,00 e o valor de atualização monetária até 12/2019 no montante de R\$ 154,70 Desta forma, foi contabilizado esses valores na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

14 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2020 foi Superavitário em R\$ 270.073,12 e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 17 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.589.753,69	4.133.813,72	-37,35
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.319.680,57	3.147.202,63	-26,29
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	270.073,12	986.611,09	-72,63

Fonte: Siafi 2020 e 2019

Observa-se que o Resultado Patrimonial do período, foi menor que o quarto trimestre de 2019 principalmente porque o valor da Variação Patrimonial Aumentativa das Transferências recebidas pelo Tesouro Nacional para Execução Orçamentária e Financeira diminuiu de maneira mais relevante que a diminuição da Variação Patrimonial Diminutiva de Utilização de Bens e Serviços do 4º trimestre de 2020. Dentre as principais variações, destacam-se:

I. Transferências e Delegações Recebidas

As transferências recebidas referem-se a recursos financeiros do Tesouro, para pagamento dos compromissos assumidos e bens recebidos em doação, houve diminuição aproximadamente de 32%, sendo que este grupo representa 99,84% do total da VPA.

Abaixo, encontram-se as tabelas comparativas das transferências recebidas até o final de 2020, comparadas ao mesmo período do ano anterior, bem como das variações comparativas relacionadas aos períodos mencionados.

Tabela 18 – Transferências e Delegações Recebidas

	R\$		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.443.992,25	3.785.925,02	-39,14
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS P/ EXERC. ORÇAMENTÁRIO	1.914.532,24	2.330.491,89	-18,00%
TRANSFERÊNCIAS REC. P/ PAGTO DE RAP	529.460,01	1.425.324,97	-63,00%
MOVIMENTAÇÃO DE SALDOS PATRIMONIAIS	31.276,10	30.108,16	4,00%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES	141.703,78	4.106,33	3351,00%
DOAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	15.718,24	2.815,27	458,00%
OUTRAS TRANSF.E DOACOES RECEBIDAS	125.985,54	1.291,06	9658,00%
TOTAL	2.585.696,03	3.790.031,35	-32,00%

Fonte: Siafi 2020 e 2019

II. Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Em relação ao consumo de materiais houve uma diminuição de 76,09% em relação ao mesmo período anterior. Esta conta representa 4,77% do total do Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo em 31/12/2020. Segue comparativo da conta, conforme informações da tabela a seguir:

Tabela 19 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	81.428,35	352.402,13	-76,09	4,77
SERVIÇOS	1.312.740,27	1.405.292,52	-6,59	76,87
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	313.475,18	435.874,03	-28,08	18,36
TOTAL	1.707.643,80	2.193.568,68	-22,15	100,00

Fonte: Siafi 2020 e 2019

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Tabela 20 – Demonstração das Variações Patrimoniais

	AV (%)			
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	- 12/20
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.589.753,69	4133813,72	-37,35	100,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIC	3.742,60	40.729,90	-90,81	0,14
VARIAÇÕES PATRIM. AUMENT.FINANCEIRAS	141,94	1.105,52	-87,16	0,01
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2.585.696,03	3.790.031,35	-31,78	99,84
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	-	298.051,00	-100,00	-
OUTRAS VPA's	173,12	3.895,05	-95,56	0,01

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.319.680,57	3.147.202,63	-26,29	89,57
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO	1.707.643,80	2.193.568,68	-22,15	65,94
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	8.933,78	12.122,16	-26,30	0,34
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	3.994,56	304.807,36	-98,69	0,15
TRIBUTÁRIAS	4.679,22	5,278,32	-11,35	0,18
OUTRAS VPD's	594.429,21	631.426,11	-5,86	22,95
RESULTADO PATRIMONIAL	270.073,12	986.611,09	-72,63	10,43

Fonte: Siafi 2020 e 2019

15 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

E 2020 as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de R\$ 3.848,00 , enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 2.973.935,73 .

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, mais de 65% das despesas empenhadas foram executados.

Receitas

As receitas realizadas em 2020, em comparação com as realizadas no mesmo período de 2019, estão distribuídas nas seguintes categorias, conforme demonstrado nos respectivos Balanços Orçamentários:

Tabela 21 – Receita Realizada – Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS – PRINCIPAL	3.695,60	11.768,90	-68,60	96,03
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS – MULTAS E JUROS	29,80	44,52	100,00	0,77
SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	47,00	641,00	-92,67	1,22
SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-MUL.JUR	76,00	1.061,00	-92,84	1,97
INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL	-	28.320,00	-100,00	-
MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	-	236,68	100,00	-
TOTAL	3.848,40	42.072,10	-90,85	100,00

Fonte: Siafi 2020 e 2019

Comparando-se as receitas realizadas de 2020 com 2019 no mesmo período, percebe-se uma diminuição de 90,85%.

Conforme evidenciado na tabela anterior 96,03% das receitas arrecadadas se refere à realização de Receita com Aluguel do Espaço Físico para funcionamento da Cantina do Campus Canoas.

Outra origem de receita que merece ser comentada é Multas Previstas em Legislação Específica. De acordo com a IN PROEN 003/2017, esta receita contempla os recursos oriundos da cobrança de multa no atraso da devolução de materiais do IFRS.

Despesas

Como explanado anteriormente, o resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

De acordo com o art. 58 daquela Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Diante disso, é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Públicos, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise montou a quantia de R\$ 2.973.935,73, enquanto que no mesmo período de 2019, tal fase da execução da despesa pública montou a cifra de R\$ 2.898.841,36. O empenho de despesas correntes corresponde a 77,07% de toda despesa empenhada no período, conforme evidenciado na tabela a seguir:

Tabela 22 – Despesas Empenhadas – Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
DESPESAS CORRENTES	2.292.045,96	2.574.565,33	-10,97	77,07
DESPESAS DE CAPITAL	681.889,77	327.239,41	108,38	22,93
TOTAL	2.973.935,73	2.901.804,74	2,49	100,00

Fonte: Siafi 2020 e 2019

Tabela 23 – Despesas Correntes – Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	739,82	8.306,44	-91,09	0,03
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	588.536,08	605.877,59	-2,86	25,68
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADOR	40.966,46	23.070,36	77,57	1,79
MATERIAL DE CONSUMO	180.128,54	180.497,30	-0,20	7,86
MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	29.895,80	220.582,07	-86,45	1,30
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	-	3.140,38	-100,00	-
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	-	177,00	-100,00	-
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.408.360,51	1.441.349,57	-2,29	61,45
SERVIÇOS TECNOLOGIA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ	36.495,07	45.919,36	-20,52	1,59
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	4.915,67	8.783,89	-44,04	0,21
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	151,61	2.418,16	-93,73	0,01
INDENIZACOES E RESTITUICOES	-	7.158,17	-100,00	-
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	1.856,40	24.321,66	-92,37	0,08
TOTAL	2.973.935,73	2.898.841,36	2,59	100,00

Fonte: Siafi 2020 e 2019

Tabela 24 – Despesas Capital – Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
OBRAS E INSTALACOES	-	211.608,39	-100,00	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	681.889,77	115.631,02	489,71	100,00
TOTAL	681.889,77	327.239,41	108,38	100,00

Fonte: Siafi 2020 e 2019

14 – Restos A Pagar

O Campus Canoas inscreveu em Restos a Pagar Não Processados o valor total de R\$ 1.040.134,14 sendo R\$ 581.062,11 de Despesa de Custeio e R\$ 459.072,03 de Despesa de Capital. Segue demonstrativo:

Tabela 25 – Inscrição RAP não Processado de 2020

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRIÇÃO RAP NÃO PROCESSADO
DESPESAS CORRENTES	2.292.045,96	1.710.983,85	581.062,11
Outras Despesas Correntes	2.292.045,96	1.710.983,85	581.062,11
DESPESAS DE CAPITAL	681.889,77	222.817,74	459.072,03
Investimentos	681.889,77	222.817,74	459.072,03
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.973.935,73	1.933.801,59	1.040.134,14
TOTAL	2.973.935,73	1.933.801,59	1.040.134,14

Fonte: Siafi 2020

Segue demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar não Processados Inscritos no Exercício Anterior por grupo de despesa, fonte de recursos e a posição em 30/09/2020.

Tabela 26 – Execução RAP não Processado de Exercício Anterior até 31/12/2020

Grupo Despesa	Mês Lançamento		014/2020				
	Item Informação	Fonte de Recursos	40	42	44	46	
			RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS Saldo - R\$ (Conta Contábil)	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS Saldo - R\$ (Conta Contábil)	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS Saldo - R\$ (Conta Contábil)	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS Saldo - R\$ (Conta Contábil)	
4	INVESTIMENTOS	00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	40.293,87		40.293,87	40.293,87
4	INVESTIMENTOS	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	138.181,38	0,01	138.181,37	100.474,67
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	362.567,23	520,15	333.185,72	333.185,72
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	4.167,18		3.248,18	3.248,18

Fonte: Siafi 2020 e 2019

15 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2020, A UG 158265 do Campus Canoas possuía um saldo de **R\$ 370.771,45** relacionados a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos em execução no quarto trimestre de 2020 a serem executadas. Na tabela a seguir, estão segregadas essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 27 – Obrigações Contratuais – Composição.

(R\$)

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Aluguéis	112.374,72	5.124,53	2.092,88
Fornecimento de Bens	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Seguros	-	-	-
Serviços	258.396,73	767.374,60	-66,33
Demais	-	-	-
Total	807.150,86	772.499,13	-52,00

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços que representam 99,34% do total das obrigações assumidas pela UG Canoas IFRS 158265 até 31/12/2020.

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os 04 (quatro) contratados com os valores mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2020.

Tabela 28 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

(R\$)

	31/12/2020	AV (%)
Contratado A 23.226.948/0001-65 ALLGED SOLUCOES DE TI LTDA.	112.374,72	30,31
Contratado B 10.284.045/0001-99 NF COM. E SERVICOS EIRELI	109.221,87	29,46
Contratado C 03.746.938/0001-43 BRS SP SUP. CORPOR. LTDA.	98.600,00	26,59
Contratado B 10.533.299/0001-01 ARSENAL – SEG. PRIVADA LTDA	28.074,00	7,57
Demais Contratos da UG 158265	22.500,86	6,07
Total	370.771,45	100,00%

Fonte: SIAFI, 2020

Os contratados A, B, C e D representam 93,93% do total a ser executado, conforme descrição abaixo:

(a) Contratado A: Serviço de Locação de Impressoras Campus Canoas

(b) Contratado B: Serviço de Manutenção Predial por Demanda Campus Canoas

(c) Contratado C: Serviço de Almojarifado Virtual Campus Canoas

(d) Contratado D: Serviço de Vigilância Campus Canoas